



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
Faculdade de Educação

MILENE RODRIGUES DE SOUSA

**Os Impactos do Novo Ensino Médio na Educação de
Jovens e Adultos: o que dizem as pesquisas?**

BRASÍLIA-DF

2023

MILENE RODRIGUES DE SOUSA

Os Impactos do Novo Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos: o que dizem as pesquisas?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Dra. Caroline Bahniuk

BRASÍLIA – DF

2023

Os Impactos do Novo Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos: o que dizem as pesquisas?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Dra. Caroline Bahniuk.

Prof^a. Dr^a. Caroline Bahniuk (Orientadora) – TEF/ Faculdade de Educação- UnB
Membro da Banca Examinadora – Orientadora

Prof^a. Dr^a. Caetana Juracy Rezende Silva- TEF/ Faculdade de Educação -UnB
Membro da Banca Examinadora – titular

Prof. Dr. Marcelo Fabiano Rodrigues Pereira – MTC/ Faculdade de Educação -UnB
Membro da Banca Examinadora – titular

Prof^a. Dr^a. Fátima Lucília Vidal Rodrigues - Faculdade de Educação – UnB
Membro da Banca Examinadora- suplente

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família, que tanto fez por mim, sem eles não estaria aqui; Além de todos aqueles que esta pesquisa possa ajudar de alguma forma.

“Onde quer que haja mulheres e homens,
há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar,
há sempre o que aprender”.

(Paulo Freire)

RESUMO

A pesquisa buscou averiguar os impactos do Novo Ensino Médio (NEM) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir da implementação da Lei nº 13.415/2017, que alterou a organização de forma ampla a última etapa da Educação Básica. Desse modo, a metodologia da pesquisa abarcou o levantamento, seleção e análise de artigos científicos, que tratam sobre a EJA e Ensino Médio publicados entre 2017 à 2023 disponíveis nas plataformas: SCIELO e no Portal de periódicos da CAPES, ao total foram cinco artigos selecionados. A partir do material analisado, destacamos duas principais categorias para aprofundar a análise e compreender os impactos do NEM na EJA: a relação Educação e Trabalho e a Dualidade Escolar. Concluímos que ocorreu um aprofundamento da dualidade educacional na EJA/EM com a implementação do NEM no ensino regular, e a precarização do ensino pela ampliação da educação à distância; bem como a não incorporação de especificidades do aluno trabalhador e a intensificação da juvenilização da EJA.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos. Novo Ensino Médio. Trabalho e Educação. Dualidade Escolar.

ABSTRACT

The research sought to ascertain the impacts of the New High School (NMS) on Youth and Adult Education (EJA) from the implementation of Law No. 13,415/2017, which broadly changed the organization of the last stage of Basic Education. In this way, the research methodology covered the survey, selection and analysis of scientific articles dealing with YAE and Secondary Education published between 2017 and 2023 available on the platforms: SCIELO and the CAPES Journals Portal, a total of five articles were selected. Based on the material analyzed, we highlighted two main categories to deepen the analysis and understand the impacts of NEM on EJA: the relationship between Education and Work and School Duality. We concluded that there was a deepening of the educational duality in the EJA/EM with the implementation of the NEM in regular education, and the precariousness of teaching due to the expansion of distance education; as well as the failure to incorporate the specificities of working students and the intensification of the juvenilization of the EJA.

Keywords: Youth and Adult Education New Secondary Education. Work and Education and School Duality.

SUMÁRIO

Memorial.....	7
Introdução.....	12
1. Balanço da produção sobre a EJA no Ensino Médio.....	16
2. Os impactos do NEM no Ensino Médio na modalidade EJA: a relação trabalho e educação e a dualidade escolar	23
Considerações Finais.....	28
Referências	30

PARTE I: MEMORIAL

Eu me chamo Milene Rodrigues de Sousa, nasci no final de 1999, em Valparaíso de Goiás. No início da década de 1990, meus pais e suas famílias realizaram o êxodo nordestino para o Planalto do país em busca de melhores condições de vida, deixando para trás suas vidas, culturas e o sertão. Sou a caçula e cresci juntamente a meu único irmão.

Cresci cercada da minha extensa família, ao todo possuo 9 tios paternos e 5 maternos, e sempre tive convívio com todos, além de visitar anualmente meus avôs paternos, que permaneceram no Nordeste. Vivi no ceio dos meus entes queridos e posso dizer que tive respaldo familiar para quaisquer situações; mesmo hoje ainda há grande proximidade, realizamos viagens e encontros em família sempre que possível.

O início da minha escolarização é vago em minha mente, possuo flashes, mas quando penso, as memórias que surgem são de estar sentada numa cadeira de madeira rosa, com lápis de cor em cima de uma mesa vermelha, com crianças a minha volta. Nessa época, eu e meu irmão estudávamos em uma “creche” particular, eu estava com 5 anos mais ou menos. Lembro também da professora ensinando o alfabeto e outra lembrança forte é do meu pai indo buscar-nos, de bicicleta, eu no guidão e meu irmão na garupa.

Posteriormente, estudei o Ensino Fundamental- Anos Iniciais em uma escola pública do Novo Gama, município do estado de Goiás localizado no entorno do Distrito Federal. Minha alfabetização teve início no “pré”, atual 1ª ano da etapa e tenho poucas memórias dessa época, apenas lembro que ia à escola com meu irmão e alguns primos. Mas tenho certeza de algo: minha fascinação pela licenciatura começou nessa instituição, tive excelentes professoras e todas me incentivaram a ler. Eu tinha tanto interesse na leitura, que decorava músicas e dizia que já estava lendo.

Concomitante, meus primos e eu brincávamos de “escolinha”: eu não costumava ser a professora, mas sempre fui observadora, e meus olhos se fixavam na figura que representava o instrutor e me imaginava reproduzindo todos os movimentos e falas. Nossos avôs cederam uma parede, na área, para podermos

rabiscar com giz e quando todos já tinham ido para suas casas, eu ia escondida e escrevia tudo aquilo que imagina ao observar mais cedo e me enxergava como a docente.

Ao ingressar no Fundamental- Anos Finais, fui estudar em uma escola do Gama, uma Região Administrativa do DF, nesse período utilizava ônibus para chegar à instituição, o que passou a ser mais cansativo para mim, pois acordava cedo e retornava tarde para casa. Quando estava com 13 anos, minha mãe conseguiu me matricular no curso de inglês, no Centro Interescolar de Línguas do Gama, ela me incentivou muito a estudar – ela vê a educação como a estrada de melhorias.

Foi nessa etapa que me encantei pela Língua Portuguesa, inicialmente, meu foco era ser professora de Letras/Português, acho a gramática da minha língua pátria incrível, nesse momento desenvolvi o gosto pela leitura: influenciada pelo meu irmão, passei a ler livros e fazia empréstimos na biblioteca da escola, além de livros emprestados de uma colega.

Sempre gostei de livros que contavam as histórias do mundo: sobre as principais Guerras Mundiais, contextos que abrangem momentos de países esquecidos – como o Afeganistão e países africanos, por meio das leituras aprendi sobre as culturas e histórias. Além dos livros dos autores: como Agatha Christie, Jane Austen e Emily Bronte. Hoje quando posso, incentivo meus primos mais novos a entrar nesse mundo, pois compreendo o quão fundamental é para a formação e interpretação humana o ato da leitura.

Ao chegar na última etapa da Educação Básica, continuei estudando a língua inglesa, e consegui o entrar no curso de espanhol como 2º idioma, gosto muito de aprender idiomas. Novamente minha mãe entra em cena, ela me informava da importância de exercitar a mente, quando meu avô faleceu, ele estava com Alzheimer.

No ensino médio me dediquei a vestibulares: PAS e ENEM, mas não ingressei na UnB assim que o finalizei. Primeiro fiz um semestre, de um curso de licenciatura, em uma faculdade privada e após um ano entrei na UnB, no curso de Pedagogia. Inicialmente, minha escolha principal não era a Ciência da Educação, no vestibular, me inscrevi para Letras/Português, obtive nota para cursá-lo, mas de última hora troquei para Pedagogia, com o intuito de atuar com a alfabetização,

principalmente de adultos e idosos. Penso que esse ato é nobre, principalmente neste país tão desprovido de oportunidades para os desfavorecidos.

Ao ingressar na Pedagogia, meu interesse já estava voltado para a alfabetização de Jovens e Adultos, ao menos, por duas razões: a primeira porque minha mãe frequentou a EJA quando eu era pequena e me levava muitas vezes junto com ela para as aulas. E, ainda hoje lembro dos olhos dela, tão felizes, na escola. E o segundo, motivo refere-se ao fato de todas as vezes em que visitava meus avôs paternos, no Nordeste, sentia uma vasta tristeza em enxergar uma região com apenas uma escola, a qual possuía até o Ensino Fundamental. Nessas ocasiões notava que grande parte da população tinha o anseio de aprender, mas tinha poucas oportunidades. Lembro que mesmo criança, queria ser professora e me mudar para lá, para poder dar aula e ensinar àqueles conhecidos.

Embora meu pensamento inicial não tenha sido a Pedagogia, sempre tive o desejo de estudar as licenciaturas, como relatei cheguei até a cursar, brevemente, outra área da docência, e desejava Letras/Português como profissão. Hoje entendo que a vontade de ser professora sempre esteve presente em mim, o anseio por ensinar é notório em minha vida, e pretendo futuramente juntar a Pedagogia com outra área educacional: penso bastante em História ou Biologia/Ciências. A Língua Portuguesa permanece também, é visada como um futuro hobby, para melhor esclarecimento de sua estrutura.

Realizei a matrícula no curso de Pedagogia na UnB, na metade de 2019, e o primeiro semestre foi extremamente relevante, descobri diversas possibilidades de atuação do Pedagogo, além da sala de aula, assim como também me aproximei de assuntos da antropologia, tecnologia/comunicação e psicologia, que sendo sincera, foram as melhores descobertas do semestre. Infelizmente, no segundo semestre, o mundo foi atingido pela pandemia da Covid-19 e a Universidade ficou um semestre sem aulas, e ao retornar, iniciou as aulas de forma remota, e fiz boa parte da graduação desse modo, pena que não pude aproveitar a UnB como queria, nesse período ficamos restritos a poucas oportunidades.

Por outro lado, tive a oportunidade de realizar estágios remunerados, desde o segundo semestre do curso, e passei por duas escolas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as quais me renderam diversas experiências positivas e conflitos, fazendo, por vezes, questionar o interesse pela área. Na primeira instituição, estava como a função de assistente da sala, e a parte pedagógica que possuo adquirir lá,

compreendi como funciona a regência, os alunos etc, de fato geri bons momentos de aprendizado com esse estágio.

A segunda experiência, que durou dois anos, aconteceu na área da inclusão, acompanhando alunos com deficiência. Esse estágio me trouxe a sensibilidade e uma visão que antes não existia em mim; nessa escola, a parte pedagógica foi menor, porém, aprendi que o educacional vai além de ensinar sílabas e contas, compreendi que o escutar, ensinar a apontar um lápis, ou mesmo a usar o banheiro, são atos educativos importantes para levar os estudantes com deficiência terem mais autonomia. Entretanto, aprendi a adaptar provas e atividades para os alunos, e o principal, reconhecer que cada estudante possui seu próprio tempo para aprender. Esse estágio me incentivou a estudar LIBRAS, e ingressei num curso recentemente.

O retorno as aulas presenciais na UnB foi um alívio, mas ao mesmo tempo cansativo. A parte boa desse processo foi voltar a estar em contato com o espaço físico, poder enxergar os professores e colegas, percebi que no presencial aprendi mais. E a parte exaustiva, está relacionada ao fato de conciliar a faculdade e seus estágios obrigatórios com o remunerado.

No semestre de retorno, realizei o estágio de Educação Infantil, ou seja, pela manhã ia à escola pública realizar o obrigatório, no vespertino estava no remunerado e à noite estava na faculdade, além de ser monitora da disciplina Ensino e Aprendizagem da Língua Materna. Esses foram períodos cansativos para mim, mas de muito aprendizado. Sou grata pelas amizades que fiz ao longo do percurso.

Também tive a oportunidade de realizar uma pesquisa de Iniciação Científica, fui bolsista pelo CNPq, e me interessei a partir da matéria Educação e Trabalho. O tema da pesquisa foi intitulado de “O Novo Ensino Médio: Os impactos na Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal”, o qual realizei por um ano e me trouxe grandes ganhos, tanto para a formação acadêmica quanto para vidas profissional e pessoal.

A partir das investigações, entendi como a Educação de Jovens e Adultos é vista, e posta na Educação brasileira: apenas como um pano de fundo, para camuflar problemas postos pelo próprio ensino educacional. O estudo referente à pesquisa mostrou como as instituições, que regem as leis educacionais, pouco levam em conta a modalidade EJA. O que se evidencia com a aprovação do Novo

Ensino Médio, houve uma desconsideração aos estudantes-trabalhadores, demonstrando que a escolarização da classe trabalhadora não é uma prioridade.

Com as leituras dos artigos, e demais documentos da pesquisa de iniciação científica decidi usar o tema, com algumas mudanças, para realizar esta monografia e me aprofundar no assunto, pois vejo o quanto a EJA também é deixada de lado nas instituições de formação de professores. O assunto é pouco presente, inclusive no curso de Pedagogia, no qual há maior centralidade na alfabetização de crianças, havendo, por vezes maior esquecimento de outras áreas dentro da Ciências da Educação.

Diante disso, o interesse pela Educação de Jovens e Adultos foi presente em minha vida desde a infância e sinto desejo infinito de trabalhar, pesquisar, estudar, entender, compreender sobre as razões que levaram pessoas a saírem da escola. Bem como tenho interesse em entender o motivo do regresso de estudantes na EJA, as especificidades da docência nessa modalidade. E caso eu venha a trabalhar na área, farei o meu melhor e contribuirei para incentivar os estudantes permanecerem nos estudos. Aspiro que esta monografia traga ganhos para minha formação profissional e pessoal, e que aos leitores contribua para refletir a respeito do papel da EJA em nossa sociedade.

PARTE II: ARTIGO

Os Impactos do Novo Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos: o que as pesquisas dizem?

Introdução

O presente artigo tem como foco refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ensino médio. O objetivo geral da pesquisa foi compreender os impactos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) causados pela Reforma do ensino médio, a partir de 2017. Assim sendo, investigar e entender a finalidade da Lei para os jovens-trabalhadores, e os empecilhos postos por ela, além de demonstrar a visão que a Educação de Jovens e Adultos têm para os órgãos educativos, e para os próprios pesquisadores.

. A pesquisa teve como problematização central: De que maneira a Lei nº 13.415/2017, que instituiu o Novo Ensino Médio, impactou na Educação de Jovens e Adultos? A referida lei não imputa modificações na EJA, porém alguns estados tomaram-na como referência para modificá-la e mesmo sem essa adequação direta ao NEM, percebemos repercussões na EJA.

Além disto, o tema foi foco de uma pesquisa de Iniciação Científica, realizada no período de agosto de 2022 a setembro de 2023, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

Para chegar aos resultados, realizamos o levantamento de artigos científicos realizada nas plataformas: SCIELO e periódicos CAPES, publicados entre o período de 2017 a 2023. Para tanto, utilizamos os seguintes descritores: “ EJA e Ensino Médio”, “Reforma e Ensino Médio” e “ Reforma e EJA”, como palavras-chave para as buscas. Foram encontrados ao total 16 artigos: 13 no SCIELO e 3 na CAPES. A partir da leitura dos resumos, escolhemos 5 artigos científicos para leitura e análise. Excluindo os artigos que não tratavam especificamente da relação entre o NEM e a

EJA, ou ainda tratavam dessa relação em determinadas disciplinas, conteúdos e espaços específicos.

A Reforma do ensino médio foi instituída através da Medida Provisória nº 746/2016 e tornou-se a Lei nº 13.415/2017. Essa lei trouxe diversas mudanças à última etapa da Educação Básica brasileira, e recebeu críticas de diversos pesquisadores da educação, dentre elas por ter sido implementada de forma autoritária sem discussão com estudantes, professores e entidades representativas da área da educação.

A Lei nº 13.415/2017 modifica a última etapa da Educação Básica alterando também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394 de 1996, como vemos por exemplo em seu o Artigo 36: “O currículo do Ensino Médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto e a possibilidade dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2017).

O artigo citado indica a alteração na organização curricular do EM e também estipula a necessidade de ao menos dois itinerários formativos sejam oferecidos em cada escola. No entanto, na Medida Provisória nº 746/ 2016, era no mínimo um itinerário. O fato de não garantir todos os itinerários nas escolas demonstra que a escolha dos itinerários é limitada aos estudantes, diferente das propagandas veiculadas sobre a reforma. A legislação indica que a escolha dos itinerários fica à critério da escola e da rede de ensino.

Ao implementar os itinerários, logo, percursos distintos na formação do estudante no EM a reforma realiza uma diminuição de conhecimentos comuns e gerais para todos os estudantes, ou seja, diminuindo muitos conteúdos do eixo comum da formação dos jovens.

Em relação à Reforma, Kuenzer (2020) critica essa composição curricular, uma vez que apenas duas disciplinas passaram a ser obrigatórias: Língua Portuguesa e Matemática, em todos os anos do ensino médio. Além de afirmar que o NEM se caracteriza por realizar a “exclusão includente”, ou seja, insere os alunos na escola, no entanto, com uma educação rasa e pragmática voltada a preparar os jovens a se submeterem em empregos precários, flexíveis e sem direitos, como uma forma de garantir a sua sobrevivência no atual contexto social.

Concordamos com os autores ao dizerem que:

ao esvaziar os conhecimentos historicamente acumulados das escolas públicas, porquanto com o “Novo” Ensino Médio os/as estudantes passarão a ter uma formação geral básica reduzida, possibilitou-se a normalização de um projeto conservador que neutraliza desigualdades em seus múltiplos matizes. (Júnior, Silva, Barboza, 2023, p.88).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2022), a Educação Básica é dividida nas seguintes etapas: Educação Infantil: Creche e pré-escola; Ensino Fundamental: Anos Iniciais (5 anos) e Anos Finais (4 anos); Ensino Médio (3 anos). Além das modalidades de ensino, indicadas abaixo:

A cada etapa da Educação Básica pode corresponder uma ou mais das modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação à distância (BRASIL, 2022, p.12).

A modalidade EJA é garantida no Brasil pela Constituição Federal (1988), através do artigo 208, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (1996), artigos 37 e 38, os quais asseguram acesso à educação àqueles que não tiveram acesso e/ou oportunidade no período regular de escolarização. Essa modalidade atende à jovens a partir dos 15 anos no ensino fundamental e dos 18 anos no ensino médio.

Embora haja tais leis, não podemos falar numa garantia de escolarização na EJA de qualidade referenciada para todos no país, uma vez que com o passar dos anos o que observamos é ainda muito descaso por parte dos poderes públicos, por meio de fechamentos de turmas e escolas que ofertam a modalidade, baixos investimentos. Tal situação, somado a outros fatores repercute nos altos índices de abandono/desistência escolar.

São diversos fatores que podem contribuir para o abandono escolar e as frequentes retenções, porém destaca-se a urgência de se refletir acerca da relação da concepção da EJA com o currículo escolar, com os processos avaliativos, com as aprendizagens, além da necessidade de identificar em cada educando, o que ele busca ao retornar para escola. (Sena, 2023, p.61).

O que podemos perceber é que a EJA para os órgãos competentes da educação, ao longo da história, não tem sido uma prioridade. Por vezes só reconhecida para cumprir metas nacionais e/ou internacionais ou a legislação de forma genérica. Ou ainda, voltada em garantir certas qualificações para determinados trabalhos, em sua maioria precários, que hoje em dia tem exigido

como escolaridade mínima o ensino médio. Todas essas condições mostram que essas políticas não têm como foco principal os sujeitos: adolescentes, jovens, adultos e idosos pertencentes a essa modalidade, os quais retomaram a escolarização com conhecimentos prévios e com suas singularidades e vivências.

Apesar de a legislação conceituar a EJA como direito de todos e dever do Estado em normatizar a sua oferta nas redes de ensino, constata-se, na prática, uma oferta compensatória, aligeirada, residual, em grande parte inadequada às necessidades dos estudantes da EJA no seu processo de aprendizagem. (Serra; Ventura; Alvarenga; Reguera, 2017, p. 27).

Na direção dessas problematizações, somam-se às de Andrade; Freitas (2021, p.241):

Um dos pontos que merece destaque é o sentido da EJA, pois em diversas circunstâncias é entendida/vista como uma forma de compensação/complementaridade/reparação do sistema que não oportunizou a inserção/ingresso dos sujeitos na Educação Básica na idade considerada própria.

Como vimos, a EJA está imbuída de limites, dos quais muitos advêm da marginalização social dessa modalidade o que inclui, em especial, o campo da política educacional. Aqui retomamos o foco da nossa pesquisa, os impactos do Novo Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos. Porém na lei nº 13.415/2017, que estabeleceu o NEM, não há menção sobre a modalidade EJA. Entretanto com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM, 2018), um ano após a aprovação do NEM, a EJA sofreu mudanças as quais possibilitam a retirada de direitos, tais como: implementou uma carga horária inferior para o EJA/EM de 1200h comparado às 1800h para o ensino regular; e permitiu realizar até 80% da carga horária da EJA no formato à distância.

É válido ressaltar que o ensino médio não se realiza apenas no período matutino, mas é ofertada também no noturno, e na Educação de Jovens e Adultos, ela ocorre em sua maioria no período da noite, sendo inviável a ocorrência da ampliação da carga horária para além das quatro horas diárias.

Após a instituição de um novo governo federal em 2023, ampliaram-se as reivindicações para a revogação do NEM. Por meio das diversas pressões sociais, a portaria nº 627, de 4 de abril de 2023, suspendeu os prazos para a implementação do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2023), e mais recentemente, no dia 07 de agosto, o MEC apresenta uma nova proposta sobre o Ensino Médio, porém, apesar de

conter avanços ainda está distante da revogação e dos anseios de parte da comunidade educacional.

O artigo encontra-se dividido em duas partes. A primeira refere-se ao balanço da produção acerca da EJA no Ensino Médio no Brasil, a partir da aprovação do NEM. No segundo momento abordamos os impactos do Novo Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos, trazendo conceitos-chaves que aparecem nos artigos para analisá-la e por fim concluímos o presente texto.

1. Balanço da produção sobre a EJA no Ensino Médio

Neste item iremos apresentar a análise do levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa. Conforme indicamos anteriormente, o balanço da produção sobre as pesquisas a respeito da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio, a partir da aprovação do NEM, foi realizada por meio de uma pesquisa, na base de dados dos portais da SCIELO e da CAPES, entre os anos de 2017-2023. A partir da leitura dos resumos selecionamos 5 artigos para análise, apresentados na tabela abaixo e dos quais faremos uma síntese a seguir, buscando elementos que nos ajudem a refletir sobre a condição da EJA no EM, na atualidade, e os possíveis impactos do NEM sobre essa modalidade de ensino.

TABELA 1- Balanço de artigos na Scielo e CAPES.

	TÍTULO	PERIÓDICO	ANO	AUTORIA
1	Entre o Ensino Médio Regular e o Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos: uma análise da Lei nº 13.415/2017.	Revista Trama, Volume 14, Nº 33	2018	Juliana Bicalho de Carvalho Barrios; Sandra Regina de Oliveira Garcia; Eliane Cleide da Silva Czernisz.

2	O PROEJA e a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017)	Holos, Ano. 34, Vol. 03	2018	Ana Lúcia Sarmiento Henrique
3	As pesquisas sobre o Ensino Médio na EJA: uma análise de artigos da plataforma de periódicos da CAPES.	Revista do Centro de Ciências da Educação, Vol.38, n.1-p.01-25, jan/mar, 2020. Florianópolis.	2020	Jaqueline Pereira Ventura; Thays Espindola Cruz; Catharina Ferreira da Costa Marques
4	As matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio em meio à crise neodesenvolvimentista.	Educação, Santa Maria Vol.46, 2021.	2021	Jaqueline Pereira Ventura; Francisco Oliveira.
5	Tempo curricular e prática docente no Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos	Ciência e Educação, Bauru, v.29	2023	Maria Cândida Sérgio; José Carlos Morgado

Fonte: Produzido pela autora (2023)

O primeiro artigo intitulado: “*Entre o Ensino Médio Regular e o Ensino Médio da EJA: uma análise da Lei nº 13.415/2017*” (2018) foi escrito pelas autoras Juliana Bicalho de Carvalho Barrios, Sandra Regina de Oliveira Garcia e Eliane Cleide da Silva Czernisz. Ele discute a relação entre o ensino médio regular e a EJA a partir da Lei nº 13.415/2017. Elas trazem assuntos acerca do direito à educação pública e de qualidade, além de questionar os caminhos para os quais a EJA irá com as atuais mudanças.

Depreende-se do texto que a EJA é vista pelo Estado como uma camuflagem: ela está servindo para tapar buracos deixados na Educação, os quais perpetuam ao longo da história com as diversas reformas educacionais ocorridas no país. Um assunto indubitavelmente importante enfatizado pelas autoras é a questão da **juvenilidade** da EJA, a respeito disso elas explicam que:

A EJA vem passando por um fenômeno chamado “juvenilização da EJA”, o qual sintetiza o aumento da população jovem que vem frequentando esta modalidade de ensino. A presença da juventude é percebida, principalmente,

pelo fato de esta etapa educativa ser, historicamente, constituída hegemonicamente por educandos adultos e idosos. (Barrios; Garcia; Czernisz, 2018, p. 53).

Ao tratar da questão da juvenilização da EJA, há um questionamento sobre o porquê do ingresso desses jovens na EJA/EM. Dentre os diversos motivos essa maior entrada de jovens na EJA se realiza pela necessidade e/ou expectativa dos jovens em terminar os estudos com maior rapidez. Alguns ainda tentam sua conclusão através da realização do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Mas na maioria das situações, é sem dúvida, a necessidade de conciliar trabalho e ensino, como também a urgência em conseguir a certificação de conclusão da Educação Básica para almejar melhores condições de trabalho que leva muitos jovens à EJA.

Por meio do artigo infere-se que muitos desses jovens optam pela troca do ensino regular para a EJA devido a incompatibilidade entre sua vida, particularmente o trabalho, com o ensino regular por causa da extensa carga horária os estudantes se veem excluídos. Para as autoras, o NEM gera três espaços e tempos distintos de formação de juventude: matutino, vespertino, noturno e a EJA, aprofundando assim a dualidade escolar, com a ampliação do ensino à distância nessa modalidade.

Por fim, o texto nos traz reflexões de que embora haja aumento de jovens na EJA, a Lei nº13.415/2017 não evidencia propostas positivas à modalidade e há outro problema: as escolas e matrículas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos vêm caindo ao longo dos anos.

O segundo artigo denominado: “*O Proeja e a Reforma do Ensino Médio (LEI Nº13.415)*” (2018) é de autoria da Ana Lúcia Sarmiento Henrique, e tem como foco principal investigar a relação do Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica (PROEJA) e o Novo Ensino Médio.

O PROEJA, como nos é apresentado na referida publicação, nasceu com a intenção de integrar a Educação Básica a uma Educação Profissional e tem por objetivo contribuir socioeconomicamente na vida de jovens e adultos. Para a autora o maior empecilho do referido programa está em conseguir integrar três campos da educação, distantes um dos outros: o ensino médio, a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos.

Henrique (2018) nos traz elementos esclarecedores de alguns dos impactos que o NEM acarretará no PROEJA, uma vez que o programa não visa apenas o trabalho, mas sim proporcionar uma formação integral de Jovens e Adultos através de cursos integralizados ao currículo comum da Educação Básica e tem como referências as matrizes: da tecnologia, do trabalho, da ciência e da cultura. Enquanto a Lei nº 13.415/2017 nega um currículo comum a todos já que especializa por meio dos Itinerários Formativos o ensino regular, e nesse contexto a EJA vem sofrendo uma expansão na carga horária no formato remoto.

O terceiro artigo analisado: “*As pesquisas sobre o Ensino Médio na EJA: uma análise de artigos da plataforma de periódicos da CAPES*” (2020) elaborado por Jaqueline Pereira Ventura, Thays Espindola Cruz e Catharina Ferreira da Costa Marques, realiza um balanço da produção a partir de levantamento de artigos que tratam do Ensino Médio na EJA, na plataforma da CAPES. O texto inicia afirmando que há poucas pesquisas sobre o assunto, em particular, há uma ausência de pesquisas sobre a EJA.

As autoras nos mostram como a EJA é tratada de maneira secundária no Brasil, já que ao longo de suas pesquisas verificam que essa modalidade esteve às margens das demais etapas. Também explicam a importância de haver relação entre o ensino médio regular e a EJA. Porém, o problema indicado por elas está em não tratar a modalidade com autonomia, descredibilizando e reforçando a marginalidade da EJA nas políticas públicas.

Esse artigo nos traz informações semelhantes às ideias presentes no primeiro texto analisado nessa monografia. De haver um esvaziamento do ensino médio regular, em que os discentes jovens estão migrando para a EJA, mas em sua maioria, estão indo para ensino noturno devido às necessidades de conciliar estudo e trabalho.

Há ainda nesse artigo pontos específicos no que diz respeito ao Proeja. As autoras afirmam existir um número expressivo de pesquisas a respeito desse programa, o qual traz dados interessantes e críticos de sua realização, porém a maioria refere-se a relatos de experiências e não faz uma análise da EJA em sua totalidade. Outro ponto destacado por elas é a dificuldade em encontrar docentes com experiência na EJA para atuar no PROEJA.

Notamos novamente a presença da Dualidade Escolar, a partir da comparação entre EJA e ensino médio regular. Cruz; Marques; Ventura (2020), nos

mostram que os recursos são mais escassos para a modalidade EJA onde predomina a insuficiência de bibliotecas, de currículos adequados para os estudantes, bem como há uma desconsideração sobre as vivências, conhecimento e cultura dos estudantes da EJA, além da ausência de formação adequada aos docentes dessa modalidade.

Além de citar a EJA, tal artigo remete a outras duas modalidades presentes na etapa do ensino médio, com a presença de um número pequeno de pesquisas. Inclusive com pouca menção no NEM acerca delas, como por exemplo a Educação Especial e a Educação Socioeducativa, duas esferas que podem vir a ter grandes impactos com a Lei nº 13.415/2017, entretanto ainda pouco discutidas.

A conclusão das autoras demonstra uma intensificação no processo de secundarização da EJA/EM, ou seja, como é colocada em um segundo plano da Educação Básica o que repercute no menor número de pesquisas acadêmicas sobre ela. Revelam também que há muitas falhas na concretização da modalidade, uma vez que faltam professores qualificados, escolas apropriadas para a oferta e diminuição de matrículas, mesmo com a migração de estudantes jovens para esta modalidade.

O quarto artigo analisado é o intitulado: “*As matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio em meio à crise da ideologia neodesenvolvimentista*” (2021) escrito por Jaqueline Pereira Ventura e Francisco Oliveira, os quais nos mostram por meio da análise dos dados do Censo Escolar, no período 2009-2019, o comportamento acerca das matrículas na EJA/EM no Brasil.

Inicialmente, ao analisar os dados correspondentes aos anos 2009-2014 observou-se uma queda significativa nas ofertas estaduais da EJA/EM, cerca de 69%, com principal perda no modo presencial, enquanto a semipresencial reduziu 29%. A análise registrou as quedas mais expressivas da EJA/EM nas esferas federais e municipais. Os referidos autores colocam em evidência que as instituições privadas foram líderes nas matrículas.

Em 2018, as matrículas na EJA/EM cresceram, porém, elas recuperaram menos da metade das matrículas perdidas no período anterior. Para os autores, isso pode estar atrelado à migração de alunos do ensino regular para a EJA e também a aprovação da Lei nº 13.415/2017, que modificou o Ensino Médio.

É válido ressaltar que a Educação não ficou de fora das reformas neoliberais. Ventura e Oliveira (2021) parafraseiam Saviani ao relatar: “A proposta aprovada [M.P Nº 746/2016, que versa sobre o EM] corresponde ao intento do atual governo de ajustar a educação aos desígnios do capitalismo financeiro, buscando formar uma mão de obra dócil e a baixo custo”. (SAVIANI, *apud* OLIVEIRA; VENTURA, 2021, p. 6). O texto faz uma crítica aos modelos flexíveis de educação, como a aprovação do NEM, e há tendência de jovens impossibilitados de conciliar estudo e trabalho optarem pela migração para a EJA ou pelos exames de certificação para finalizar a última etapa da Educação Básica.

Os autores inferem que um dos motivos da ênfase na certificação por esses exames, assumida como política pelo governo federal, está ligada à desresponsabilização do Estado com à política de acesso e permanência na EJA de caráter público, o que facilita e prioriza o sistema de certificações da Educação Básica e a Educação à distância, como proposto nas DNCEM (2018) para a Educação de Jovens e Adultos.

Dessa maneira, nos levam a pensar sobre como a Lei nº 13.415/2017 retira os direitos a uma Educação Básica a essa modalidade que, historicamente, já é muito esquecida. Ao mesmo tempo nos instigam a reconhecer a escola como um espaço político e como os estudantes da última etapa se situam nessa instituição.

A conclusão dos autores nos remete a pensar sobre dualidade escolar e a relação entre educação e trabalho na EJA, as quais se revelam pela necessidade dos jovens em trabalhar, seja para manter-se seja para ajudar a família. E a questão de o espaço escolar negar permanência a esses jovens, ao privá-los de acesso ao ensino regular, motivo pelo qual migram para a EJA ou abandonam os estudos.

No último artigo analisado denomina-se: “*Tempo curricular e prática docente no Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos*” (2023) escrito por Maria Cândida Sérgio e José Carlos Morgano. Nele os autores retomam a questão da secundarização da EJA e afirmam a necessidade de haver mudanças no tempo e em seu currículo. Pois, o tempo na escola também para os sujeitos jovens e adultos é preciso e necessário, contanto que sejam desenvolvidos de forma a respeitar a especificidade da EJA, relacionando os conteúdos escolares a assuntos plausíveis para a formação do indivíduo, como explicam os autores.

O texto retrata a pesquisa realizada em uma Escola Estadual do Pernambuco, na qual acompanharam turmas dos módulos II e III do EJA no Ensino

Médio, no período noturno e fizeram uma observação não participante. Participaram da pesquisa 91 estudantes (34 do módulo II e 48 do III), além de 9 professores de diversas áreas. Eles explicam que as análises: “Em suma, as observações permitiram, de forma direta e intensa, observar a vida na sala de aula e a gestão do tempo curricular por parte dos professores e dos estudantes no horário noturno” (Sérgio; Morgado, 2023, p.7).

A leitura do artigo nos remete a compreender como o Novo Ensino Médio retira os direitos à uma Educação Básica de qualidade, uma vez que as políticas públicas devem servir para elevar o nível escolar e não é o que a Lei nº 13.415/2017 propõe, retirando conteúdos relevantes e comuns e por vezes inserindo atividades que não se relacionam com escolarização. Os autores nos mostram ainda a notabilidade da prática docente na EJA, uma vez que a maioria dos estudantes da modalidade possui o desejo de aprender e por isso a necessidade de haver metodologias específicas de ensino, conhecimentos plurais, além refletir sobre a relação professor-aluno.

Os autores deduzem, e concordamos com eles, que o NEM afeta à EJA ao isentar tais possibilidades, uma vez que facilita a Educação à distância, impedindo os estudantes a sanarem as dúvidas com o professor e seus pares numa interação presencial, isentando-os de aprendizados remetentes à posicionamentos sociais e culturais. Também os retiram do espaço físico da escola, além de privá-los de uma educação de qualidade, mas em contrapartida, não há menção de adequações na rede pública do estado de Pernambuco para a EJA, a partir do Novo Ensino Médio.

Em suma, subtraímos do artigo de Sérgio e Morgado (2023) que o espaço e o tempo curricular são essenciais para a formação do indivíduo e que ao negar uma educação de qualidade limitam as oportunidades daqueles provenientes da classe trabalhadora, mais pauperizada, pois serão coagidos a buscar outros meios de concluir a Educação Básica.

A partir da leitura dos artigos podemos sintetizar que os impactos na EJA causados pela reforma do ensino médio desvelam um aprofundamento da dualidade escolar, considerando a relação da EJA em relação ao ensino regular pelos seguintes fatores: redução da carga horária; possibilidade de realização do curso no formato à distância; esvaziamento dos conteúdos ministrados; juvenilização da EJA, formação técnica para o trabalho alienado; secundarização

da EJA; escassez de recursos; alinhamento às propostas neoliberais para a educação; inadequação do currículo à realidade dos estudantes da EJA.

Notamos com a pesquisa a presença na atualidade de muitos estudantes jovens na EJA, a qual historicamente tinha a característica de atender estudantes adultos, com mais idade, mas como ressaltam Miron; ScharDOSim (2021), a modalidade está recebendo cada vez mais jovens:

Entretanto, algumas mudanças no percurso histórico resultaram no fenômeno de juvenilização da EJA, que é a presença de jovens entre 15 e 24 anos, faixa etária considerada pela OMS e pelo IBGE. Um processo que se destaca pela introdução crescente e recorrente de estudantes cada vez mais novos dentro da modalidade, a qual antes era formada por uma maior parte de adultos (2021, p. 36-37).

Os autores referidos acima evidenciam o processo da juvenilização afirmando o ensino supletivo pioneiro do fenômeno, seguido pela LDB/96 ao reduzir a idade do ingresso e realização dos exames supletivos. Desse modo, a modalidade acarreta mudanças e desafios para receber os jovens, pois como afirmam (2021, p.39)

a recorrente juvenilização da EJA tem apresentado o surgimento de novos desafios e possibilidades, os quais precisam ser discutidos e refletivos com o objetivo de promover uma educação que não permite apenas a abertura do ensino, mas a qualidade, a permanência e o sucesso dos sujeitos que dela participam.

Com isso, o Novo Ensino Médio poderá contribuir com o aumento de jovens na modalidade EJA ao instituir carga horária extensa sem possibilidade de conciliar emprego e estudo, resultando na mudança do Ensino Regular para a Educação de Jovens e Adultos.

2. Os impactos do NEM no Ensino Médio na modalidade EJA: a relação trabalho e educação e a dualidade escolar

A partir das leituras dos artigos analisados selecionamos algumas categorias que apareceram de forma recorrente e que nos permitem aprofundar o objetivo do nosso trabalho – compreender os impactos do NEM na EJA. Nesse sentido, a seguir refletimos sobre a categoria trabalho e sua relação com a educação e o conceito de dualidade escolar.

A categoria trabalho em sua conceituação mais ampla diz respeito às formas do ser humano produzir sua existência em determinada época social. Particularmente o trabalho explorado no capitalismo acaba por tomar grande parte da dimensão da vida das pessoas ocasionando tempo exclusivo para tal atividade, incluindo o extenso tempo de locomoção. Frigotto (2007, p. 400) traz a concepção da dupla dimensão do trabalho, de ser ao mesmo tempo ontológico e histórico da seguinte forma:

Na sua dimensão mais crucial, o trabalho aparece como atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos como seres ou animais evoluídos da natureza. Concomitantemente, porém, responde às necessidades de sua vida intelectual, cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Trata-se de necessidades, que, por serem históricas, assumem especificidades no tempo e no espaço.

Entendemos que o trabalho é essencial para a sobrevivência humana desde o básico até o supérfluo, uma vez que o homem transforma a natureza para atender suas necessidades. Frigotto (2007) parafraseia Marx ao declarar que o ser humano se diferencia dos animais por conta do trabalho, por sua capacidade de transformar a natureza para as suprir suas necessidades. Ou seja, diferente dos animais o ser humano não se adapta a natureza mas produz na relação com a transformação da mesma.

Ventura (2016) exprime a visão da dimensão do trabalho ontológico para Marx

Referimos à categoria trabalho enquanto produção da existência do homem, independente das formas da sociedade, ou seja, como necessidade social-ontológica de mediação entre homem e natureza, satisfazendo suas necessidades no processo de produção e reprodução das condições de sua existência. (Marx, 1980 *apud* Ventura, 2016, p.8)

A escola em geral na sociedade capitalista, para a maioria dos trabalhadores, serve para preparar para o mercado de trabalho e para reforçar a concepção ideológica da meritocracia e da desigualdade social limitando o pensamento crítico e científico, além de dificultar o acesso às diversidades como conhecer novas culturas, entender a história dos povos, visitar museus e cinemas, entre outros. Em contrapartida, àqueles que estão no topo da pirâmide social possuem tempo e dinheiro para tais conhecimentos.

Frigotto (2007) traz a questão do trabalho enquanto um princípio educativo, o que significa que além de ser o meio fundamental de produção da sobrevivência

humana ele possui uma dimensão educativa, ou seja, ao produzir sua existência o ser humano se transforma e se educa e passa essa cultura de geração a geração.

Para o autor a questão do princípio educativo do trabalho precisa estar na educação das crianças desde a tenra idade, caso contrário há a formação de grupos que realizam a exploração de outras classes. Nessa direção, o autor mostra que o trabalho possui uma dupla e contraditória face, humaniza e desumaniza ao mesmo tempo, nas sociedades divididas em classes sociais.

No que diz respeito à educação, mais especificamente a EJA, o trabalho é um dos principais fatores de expulsão dos estudantes da sua escolarização inicial no ensino regular. A necessidade de trabalhar faz com que muitos deixem de frequentar a escola. A escola deve ser um suporte, aos estudantes da EJA, para a compreensão de que o trabalho não se restringe ao meio de obter dinheiro/emprego. E sim ajudá-los a compreenderem-se enquanto parte da classe trabalhadora, como também contribuir à apropriação dos fundamentos científicos do trabalho. O que em grande medida não tem sido realizado pelas escolas nessas relações sociais, em particular na EJA.

Como já dissemos é por conta da necessidade de sobreviver, pelo trabalho que muitos jovens precisaram sair do ensino regular para ingressar em empregos precários e mal remunerados, como forma de auxílio às suas famílias e em busca de melhores serviços adentram novamente nos estudos, em sua maioria na Educação de Jovens e Adultos. Mas ao retornar há mudanças significativas, como as experiências adquiridas que devem ser levadas em conta no processo de ensino-aprendizagem, sem contar na carga emocional, o estresse e cansaço decorrentes do cotidiano, de conciliar uma rotina intensa de trabalho com os estudos.

É necessário no retorno do aluno à EJA sejam proporcionados momentos para os questionamentos acerca de suas vivências, de sua realidade de vida, sua condição de trabalhador. A função discente, nessa direção, pode vir a ser impulsionadora para o entendimento de sua condição no mundo: a qual classe está inserida, as explorações que os mantêm em empregos precários e instáveis; e socializar o conhecimento para aprender a complexa realidade social.

Assim como Paulo Freire (2021, p.65-66) expressa: “temos de respeitar o nível de compreensão que os educandos- não importa quem sejam- estão tendo de sua própria realidade. Impor a eles nossa compreensão em nome de sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminhos de liberdades”.

Ventura (2016) a esse respeito pontua a importância de haver na EJA currículos próprios. A autora ainda questiona quais as concepções da categoria “trabalho” são transmitidos aos estudantes-trabalhadores. Para ela:

a relação entre trabalho e EJA vem sendo abordada, em grande parte das experiências ao longo da sua trajetória histórica, tomando predominantemente a sua forma mais atual, ou seja, sob a forma de trabalho alienado. Como decorrência da ausência de reflexão sobre o amplo significado do conceito de trabalho, esse tem sido reduzido a sinônimo de emprego ou trabalho. (Ventura, 2016, p.8).

Em sua conclusão, a autora acima referida afirma que o conceito de trabalho numa perspectiva ampla e crítica é pouco explorado com os estudantes da EJA, formando empecilhos para o entendimento da estrutura social e da sua própria vivência.

No que diz respeito às relações entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o trabalho, observa-se a predominância de uma formação voltada para o trabalho alienado; uma redução do trabalho apenas ao emprego; estratificação da sociedade e consequente a exclusão tanto educacional quanto social.

A segunda categoria destacada foi a “Dualidade Escolar”, ponto bastante citado e discutido pelos autores dos artigos analisados. Segundo Kuenzer (2007, p. 1155-1156): “A dualidade estrutural, tal como foi sistematizada pelos clássicos do crítico-reprodutivismo, expressou-se por meio da oferta de escolas que se diferenciavam segundo a classe social que se propunham a formar: trabalhadores ou burgueses”.

Ela cita alguns clássicos do crítico-reprodutivismo como Althusser, Bordieu e Passeron, Baudelot e Establet que foram os primeiros autores a realizar uma crítica incisiva sobre o caráter reprodutor da escola. Ou seja, para essa tendência pedagógica a escola reproduz as relações sociais na sociedade capitalista, reproduz as desigualdades educacionais cindidas pelo viés de classe social reproduzindo uma dualidade – que consiste na existência de uma escola para ricos e outra para a classe trabalhadora.

Campello (2007, p. 136) explica a dualidade da teoria crítico-reprodutivista do seguinte modo: “Para essa teoria, a escola não é única, nem unificadora, mas constituída pela unidade contraditória de duas redes de escolarização; a rede de formação dos trabalhadores manuais e a rede de formação dos trabalhos intelectuais.”

O conceito de Dualidade Escolar, para Campello (2007), engloba a fragmentação da escola partindo da classe social da qual o indivíduo pertence. Na sociedade capitalista as classes majoritariamente se dividem entre os dominantes – os que detêm os meios de produção e os dominados, os quais vendem sua força de trabalho.

A autora afirma que para entendermos essa dualidade é necessário enxergar pelo lado dos dominados, da classe trabalhadora. Ela cita a diferenciação das escolas no Brasil: iniciou pela oferta de formação profissional e escolas de cunho acadêmico no início do século XXI: “durante muito tempo o atual Ensino Médio ficou restrito àqueles que prosseguiram seus estudos no Ensino Superior, enquanto a educação profissional era destinada aos órfãos e desvalidados, os ‘desfavorecidos de fortuna” (Campello, 2007, p. 137). A autora ainda traz um recorte acerca das escolas brasileiras:

A análise do fluxo escolar, no Brasil, neste início de século XXI, aponta para a expulsão da escola de uma imensa parcela da população: apesar da quase universalização do acesso a 1ª série do Ensino Fundamental, apenas 45% dos jovens brasileiros concluem o Ensino Médio. Percebe-se claramente a constituição de dois grupos: aqueles que permanecem no interior da escola e os que dela vão sendo excluídos. (Campello, 2007, p. 137).

Para a referida autora a Dualidade Escolar no Brasil é mais evidente no Ensino Médio: “a literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o Ensino Médio sua maior expressão”. (Campello, 2007, p.137). Podemos dizer que essa afirmação se confirma com a implementação do Novo Ensino Médio, uma vez que há, nessa proposição a expulsão dos alunos do ensino regular, como já citado anteriormente.

No NEM percebemos uma intensificação da dualidade escolar que se evidencia, por exemplo, ao compararmos a estrutura curricular: os alunos da classe burguesa não serão privados das disciplinas e conteúdos retirados pelo NEM, ao mesmo tempo possuem disponibilidade de tempo em cumprir a carga horária ampliada. Ao contrário dos filhos da classe trabalhadora não há nem sequer estrutura física para a realização do Novo Ensino Médio, como também é incompatível uma ampliação de carga horária para os alunos que precisam conciliar trabalho e escola.

Nessa direção, para a maioria da população, estará disponíveis cursos técnicos e profissionalizantes, inclusive no próprio NEM, pelo itinerário de formação técnico- profissional, enquanto os demais terão acesso ao Ensino Superior. Em

outras palavras: para a classe trabalhadora persistirá formações rápidas e frágeis voltada à formação de força de trabalho barata para empregos precários para a imersão no mundo do trabalho.

Notamos assim, que a aprovação do NEM é mais uma manobra para manter a estratificação da sociedade; intensificar a divisão das classes em escolas distintas, reservar trabalhos e salários precários para os estudantes das instituições públicas. Ao mesmo tempo reforça a migração de estudantes para a EJA, e para obter certificação por meio de exames de conhecimentos, além de retirar pensamentos teóricos e posicionamentos científicos do currículo.

Percebemos ainda que os artigos analisados nessa pesquisa dialogam entre si, os periódicos citam que uma das principais características do Novo Ensino Médio é fortalecer tipos de escolas: uma para os proprietários/ricos e outra destinada aos não proprietários, os trabalhadores.

Quanto à dualidade escolar, há discrepâncias tanto entre o Novo Ensino Médio (NEM) e a EJA quanto quando comparamos às escolas destinadas à classe burguesa e às classes populares. Essa dualidade também se manifesta nos objetivos educacionais: enquanto um dos sistemas se volta para a formação técnica e profissional, o outro prepara para o acesso ao Ensino Superior.

Considerações finais

O objetivo desse trabalho foi investigar os impactos do Novo Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos. Para tanto fizemos um levantamento da produção bibliográfica sobre a relação entre as reformulações recentes do ensino médio no Brasil e a Educação de Jovens e Adultos. E apesar da EJA não estar diretamente citada na lei 13.415/2017, base dessa reformulação, percebemos que ela impactou as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2021) e outras legislações, bem como trouxe outras consequências a essa modalidade de ensino.

Com a realização dessa pesquisa conseguimos perceber como as modificações no mundo do trabalho impuseram a reformulação do Ensino Médio modificando significativamente a Educação Básica no Brasil, em especial para a classe trabalhadora, onde concentram-se os jovens que necessitam conciliar a escolarização com o trabalho como forma de garantir sua existência.

Notamos que o NEM retira os direitos que foram adquiridos com muita luta e pressão social dos jovens possuem uma Educação Básica de qualidade e gratuita, além de induzir, ainda que indiretamente, que os trabalhadores devem ser encaminhados aos trabalhos precários e com salários baixos, creditando uma sociedade estratificada.

Em resumo, no primeiro ponto desse texto tratamos das análises do levantamento bibliográfico acerca das pesquisas sobre a EJA no Ensino Médio a partir do NEM, com levantamento nos portais SCIELO e CAPES (2017-2023), selecionamos cinco textos para análise. E nessa conclusão retornaremos rapidamente a eles.

O primeiro texto embarcou assuntos como a necessidade da modalidade possuir uma educação de qualidade, além de questionamentos sobre os caminhos da EJA. Ele também caracteriza a modalidade como camuflagem da Educação Básica, possível explicação para sua juvenilização. O artigo critica fortemente o NEM por não trazer benefícios a Educação de Jovens e Adultos.

O segundo texto aborda a relação do PROEJA com o NEM. A crítica está na incompatibilidade da lei com o programa. O programa visa integrar a Educação Básica à Educação Profissionalizante e contribuir socioeconomicamente aos seus estudantes, assim o programa pretende assisti-los de forma econômica quanto nos conhecimentos sociais: cultura, tecnologia.

O NEM se torna inviável ao PROEJA pois não garante currículo plural a todos, além de direcionar um grupo específico para conhecimento da cultura e tecnologia e outro para o trabalho, reduzido a dimensão do emprego; de forma que contesta o programa, pois ele visa a junção das oportunidades.

O terceiro artigo critica o desinteresse na pesquisa sobre a área mantendo a modalidade em segundo plano às margens das outras etapas e modalidades da educação.

O texto cita a dualidade escolar ao expor que os recursos destinados à EJA são menores aos do ensino médio regular, além da modalidade não possuir estrutura para bibliotecas ou professores preparados para exercer o cargo, evidenciando o descaso com a modalidade.

O quarto material analisado trata das matrículas brasileiras da EJA no ensino médio referente aos anos de 2009 a 2019. A pesquisa verificou que no período estão diminuindo as matrículas na EJA. A pesquisa ainda demonstra a dualidade

escolar, assim como a relação educação-trabalho e como a extensa carga horária do NEM influencia a migração do ensino regular para a EJA ou interesse nas certificações de Educação Básica.

E o último artigo teve como foco mostrar a importância do espaço e tempo curricular para a modalidade. Mas o NEM retira as oportunidades dos alunos ao aceitar carga horária em formato à distância e estipulando carga inferior a modalidade comparada ao ensino regular. Tornando assim a EJA reduzida para apenas cumprir metas educacionais.

O ponto dois desse artigo refere às discussões de categorias encontradas a partir das análises dos artigos. A primeira categoria discutida foi a relação trabalho e educação. Trabalho esse compreendido de forma mais ampla significa a maneira do homem produzir sua existência em qualquer época social. No capitalismo, ele se caracteriza pela exploração, apreensão da riqueza social produzida pelos trabalhadores.

O trabalho articula-se à educação, assim sendo, ao produzir sua existência. Há um processo educativo passado para as gerações seguintes como explica Frigotto (2007), e sob a sociedade dividida em classes ele humaniza e desumaniza. O trabalho também expulsa os jovens da escola devido o cansaço assim como é o responsável pelo retorno, na expectativa de melhores empregos e salários.

Através das leituras percebemos que a relação entre EJA e trabalho prioritariamente, realiza-se uma formação alienada. Ao reingressar, os jovens não são instruídos para enxergar a exploração do trabalho, além de normalizar a estrutura social.

A segunda categoria discutida foi a Dualidade Escolar, parafraseando Kuenzer (2007) significa a oferta de escolas segundo a classe social. A autora ainda cita os primeiros autores que criticaram a reprodução da escola. Campello (2007) afirma a maior intensidade da Dualidade Escolar no Ensino Médio. Fato que confirma a implementação da Lei Nº 13.415/2017. No NEM a estrutura curricular se mantém dividida para as classes, direcionando uns para as formações rápidas e outros para o ensino superior.

Para finalizar, notamos que os artigos analisados conversam entre si. Eles explicitam uma das características principais do Novo Ensino Médio: fortalecer tipos de instituições educacionais segundo a classe social.

Deduzimos que: embora o foco do NEM não seja a EJA, ele impactou a estrutura, a proposta curricular e a carga horária, como já explicamos no artigo. Deduzimos que a modalidade recebeu alunos oriundos do ensino regular e como mencionamos, isso pode ser pela estrutura do NEM que estabelece ampliação incompatível com a jornada de jovens estudantes-trabalhadores.

Nessa direção, os artigos trazem e criticam a Resolução CNE/CEB Nº 1/2021, (BRASIL, 2021), a qual estipula: "para cursos de EJA do Ensino Médio, a oferta de EaD é limitada a no máximo 80% (oitenta por cento) de sua carga horária total, tanto na formação geral básica, quanto nos itinerários formativos do currículo".

A ampliação da carga horária da EJA na modalidade à distância, tende a intensificar a precarização do ensino, diminuindo sua qualidade. Vemos esse descaso também com o Novo Ensino Médio, com a aprovação de parte da carga horária poder ser realizada à distância para o Ensino Médio Regular.

De acordo com a Resolução CNE/CEB Nº 3 de, de 2018, em seu 17º Artigo:

§ 15. As atividades realizadas a distância podem contemplar até 20% (vinte por cento) da carga horária total, podendo incidir tanto na formação geral básica quanto, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriado, necessariamente com acompanhamento/coordenação de docente da unidade escolar onde o estudante está matriculado, podendo a critério dos sistemas de ensino expandir para até 30% (trinta por cento) no ensino médio noturno. (BRASIL, 2018, p. 11).

Para finalizar, convém registrar que a pesquisa pretendeu investigar o NEM na EJA, mas foram encontrados poucos artigos científicos se comparado a outras modalidades mostrando que mesmo para as pesquisas a EJA é deixada para um segundo plano.

Referências

ANDRADE, Maria Eurácia Barreto de; FREITAS, Thaís Costa de. Alfabetização na EJA e os indicadores do INAF: um olhar frente às práticas pedagógicas. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v.14, n.3, set. /dez. 2021.

BARRIOS, Juliana B de Carvalho; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. Entre o Ensino Médio Regular e o Ensino Médio da EJA: Uma análise da Lei Nº 13.415/2017. **Revista Trama**, Volume 14, Nº 33, 2018, p. 49-59.

BRASIL. Lei nº 9.394/16 estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.415/17 estabelece a Reforma do Ensino Médio. Brasília, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília, 2022.

BRASIL. Resolução Nº 1/2021, de 25 de maio de 2021. Diretrizes Operacionais para Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Comum Curricular Comum (BNCC) e Educação de Jovens e Adultos à distância. Brasília, 25 de maio de 2021.

BRASIL. Portaria Nº 627, de 04 de abril de 2023. Suspende os prazos em curso da Portaria MEC nº521, de 13 de julho de 2021, que institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2023 c.

BRASIL. Resolução Nº 3. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 21 de novembro de 2018.

BRENNER, Ana Karina; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Entre o Trabalho e a Escola: cursos de vida dos jovens pobres. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.48, 2023.

CAMPELLO, Ana Margarida. Dualidade Educacional. In: PEREIRA, Isabel; LIMA, Julio Cesar França. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2 ed, Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam. 52.ed.- São Paulo: Cortez, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. In: PEREIRA, Isabel; LIMA, Julio Cesar França. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2 ed, Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

HENRIQUE, A. L.S. O PROEJA e a Reforma do Ensino Médio. **Holos**, Ano. 34, Vol. 03, 2018.

JÚNIOR, Osvaldo Alves de Jesus; SILVA, Celma Dantas da; ARAÚJO, Maria Silvânia Soares de; BARBOZA, Fátima Veridiana Almeida. O “Novo” Ensino Médio e o desenvolvimento crítico nas trajetórias escolares de estudantes e professores/as. **REBENA- Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**. Volume 7, 2023, p. 81-93.

KUENZER, Acacia S. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência e Saúde coletiva**, v. 25, n.1, p. 57-66, jan. 2020.

KUENZER, Acacia S. Da Dualidade assumida à Dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 18, n.100- Especial, p. 1156-1178, out. 2007.

MIRON, Kerén Talita Silva; SCHARDOSIM, Chris Royes. Juvenilização da EJA: possibilidades e desafios na escolarização. **EJA em debate**. Ano 10, n.17, jan/jun. 2021.

REIBNITZ, Cecília de Sousa; MELO, Ana Carolina Staub de. Pesquisa como princípio educativo: uma metodologia de trabalho para a Educação de Jovens e Adultos. **Ensaio: aval. Pol. públi. Educ**, Rio de Janeiro, v.29, n.111, p. 484-502, abr/jun, 2021.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe. [Entrevista concedida a] Jorge Fernando Hermida e Jailton de Souza Lira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 144, set. 2018.

SENA, Lilian Cristina da Ponte e Sousa. Por que os educandos não permanecem na Educação de Jovens e Adultos (EJA)? Análise das políticas educacionais da EJA no Distrito Federal, Brasil (2013-2021). Brasília, 2023.

SERRA, Enio; VENTURA, Jaqueline; ALVARENGA, Márcia; REGUERA, Emilio. Interrogando o direito à educação: oferta e demanda por educação de jovens e adultos no Rio de Janeiro. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v.3, n. 3, p.25-41, ago. /dez.. 2017

SÉRGIO, Maria Cândido; MORGADO, José Carlos. Tempo Curricular e prática docente no EM da EJA. **Ciência e Educação**, Bauru, v.29, 2022.

VENTURA, Jaqueline. As relações entre os sentidos do trabalho e a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores. **Educação, Escolarização e Socioeducação**. Edit. Degase, Rio de Janeiro, 2016.

VENTURA, Jaqueline Pereira; CRUZ, Thays Espindola; MARQUES, Catharina F. Da Costa. As pesquisas sobre o Ensino Médio na EJA: uma análise de artigos da plataforma de periódicos da CAPES. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, Vol.38, n.1-p.01-25, jan/mar, 2020. Florianópolis.

VENTURA, Jaqueline Pereira; OLIVEIRA, Francisco. As matrículas na EJA/EM em meio à crise da ideologia neodesenvolvimentista. **Educação**, Santa Maria Vol.46, 2021.